

POLÍTICA

politica@jj.com.br

► AUDIÊNCIA PÚBLICA

Vereadores e especialistas querem evitar especulação imobiliária em área de mais de um milhão de metros quadrados

Câmara acerta 'blindagem legal' de terreno do IAC

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

A Câmara de Jundiá realizou, na noite desta quinta-feira (13), a 5ª audiência pública da atual legislatura para discutir o projeto de lei (PL) 12.279/2017, de autoria de 11 dos 19 vereadores da cidade. A proposta veda procedimentos administrativos para fins imobiliários de um terreno - de mais de um milhão de metros quadrados, pertencente ao governo estadual - onde hoje se situa a sede do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), bem perto do aeroporto de Jundiá, entre a rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (SP-300) e a avenida Antonio Pincinato.

A ideia dos parlamentares, e de especialistas convidados para falar da área, é criar uma espécie de "blindagem legal" para impedir a venda pura e simples do terreno para fins comerciais. Um dos autores do PL, Paulo Sérgio Martins (PPS), disse que recebeu a informação de que uma construtora interessada estaria interessada em fazer um condomínio de luxo com hangares, para que helicópteros pudessem se deslocar facilmente até o aeroporto do município. Parlamentares e especialistas salien-



NO LEGISLATIVO Vereadores e especialistas debateram projeto de lei 12.279; votação ocorrerá no dia 8 ou 15 de agosto

taram que há muitos motivos para que o terreno não seja vendido para fins comerciais. "É uma área de preservação ambiental (APA) com fauna, flora e bacias hídricas", disse Antonio Carlos Albino (PSB). "O local é um patrimônio de Jundiá e precisamos evitar a especulação imobiliária sobre ele. Com este projeto, estare-

mos 'congelando' esta área, doada inclusive por jundiaineses", emendou Martins.

Com as sugestões dos convidados, o projeto de lei foi ratificado e inibe a venda por 15 anos. Seu parágrafo 2º sofreu uma mudança, por sugestão do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jundiá (Comdema): saiu o termo

"requerimentos", que foi substituído pela expressão "processos protocolados". O PL e a emenda com esta alteração no parágrafo serão apreciados e votados na sessão do dia 8 de agosto ou na do dia 15 de agosto. "A proposta ainda tem que passar pelas comissões de Justiça e Redação e de Meio Ambiente, além do

Departamento Jurídico", disse o presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB).

Tombamento

O assistente técnico do IAC, Pedro Sérgio Pontes, lembrou que o terreno a ser "protegido" pelo projeto de lei em análise na audiência está em processo de tombamento por parte do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (Compac). "O tempo de 15 anos de proibição poderia até ser maior, mas protegerá a área, que é uma Zona Especial de Proteção Ambiental, com fauna variada, floresta de araucárias e nascentes", contou Pontes.

Edmir Américo Lourenço, diretor da Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ), foi outro que deu seu depoimento a respeito do terreno. "A faculdade tem todo o interesse em participar desta discussão. A localidade é uma área de Mata Atlântica e poderia abrigar uma Fatec, uma Etec ou um condomínio destinado a instituições de ensino", disse Edmir.

Jair Rosas, pesquisador do IAC, ressaltou a importância do terreno para pesquisas. "A atuação do instituto não é só nacional, mas internacional. Não entendo a ideia do governo de São Paulo de querer vender esta propriedade".